



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CNU

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

Bloco 8 – Intermediário – Saúde

EDITAL ENAP Nº 114, DE 30 DE JUNHO DE 2025

CÓD: SL-005JL-25
7908433279075

Língua Portuguesa

1. Compreensão de textos	7
2. A organização textual dos vários modos de organização discursiva	10
3. Coerência e coesão	12
4. Ortografia.....	15
5. Acentuação gráfica.....	20
6. Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos; Derivação e composição	23
7. A oração e seus termos; A estruturação do período	40
8. As classes de palavras: aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos	45
9. Linguagem figurada	45
10. Norma padrão: concordância verbal e nominal.....	45
11. Regência verbal e nominal.....	46
12. Emprego do pronome relativo.....	49
13. Emprego do acento grave	49
14. Colocação pronominal	49
15. Pontuação.....	50

Matemática

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; potências e raízes	57
2. Múltiplos, divisores, números primos.....	69
3. Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo	72
4. Razão e proporção	75
5. Regra de três simples e composta	77
6. Porcentagem, juros simples e compostos.....	78
7. Probabilidade.....	81
8. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda).....	84

Noções de Direito

1. Direito e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais. Nacionalidade. Cidadania. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.....	97
2. A Organização do Estado. Administração pública (artigos de 37 a 41, da Constituição Federal de 1988).....	108
3. Direito administrativo. Conceito, fontes e princípios.....	114
4. Organização administrativa da União; administração direta, indireta, centralizada e descentralizada	117
5. Agentes públicos: poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos	121
6. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.....	133
7. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	158

8. Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade	165
9. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; delegação: concessão, permissão, autorização....	177
10. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	189
11. responsabilidade civil do Estado	192
12. sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, Lei nº 14.230/2021 e suas alterações)...	197
13. Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações).....	214
14. Acesso à informação no âmbito da Administração Pública (Lei nº 12.527/2011)	220
15. Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018	227
16. Noções de Direito do Consumidor (Lei nº 8.076, de 1990).....	240
17. Noções de Defesa da Concorrência. (Lei nº 12.529/2011)	241

Realidade Brasileira

1. Dinâmica social no Brasil: estratificação, desigualdade e exclusão social.....	263
2. Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais...	264
3. Desenvolvimento econômico, concentração da renda e riqueza	266
4. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente	286
5. Matriz energética: fontes renováveis e não renováveis; mudança climática; transição energética	286
6. Desenvolvimento urbano brasileiro: redes urbanas; metropolização; crescimento das cidades e problemas urbanos	288
7. Desenvolvimento nacional e infraestrutura.....	289
8. Desigualdades regionais	290

Saúde

1. Conceito de saúde e processo saúde-doença; Determinantes e condicionantes do processo saúde-doença	295
2. Prevenção de doenças e promoção da saúde.....	297
3. Políticas de Saúde no Brasil; Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/1990.....	299
4. Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer	316
5. Modelos técnico-assistenciais em saúde	323
6. Educação em saúde	325
7. Atenção à saúde de doenças transmissíveis e não transmissíveis e outros agravos à saúde	326
8. Trabalho em equipe multidisciplinar / interdisciplinar / transdisciplinar	329
9. Programa Nacional de Humanização (PNH).....	333
10. Aspectos éticos e bioéticos nos estudos e pesquisas em saúde.....	336
11. Vigilância em saúde no contexto do SUS: vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância sanitária e vigilância da saúde do trabalhador.....	340
12. Noções de epidemiologia: conceitos, ocorrência e medição; Sistemas de informação em saúde; Tipos de estudos; Indicadores de saúde	341
13. Biossegurança; Acidentes de trabalho e medidas de proteção; Regulamentos e normas de higiene pessoal e ambiental: Norma Regulamentadora 32 (NR 32); Controle de qualidade em laboratório; Gestão de. riscos e segurança do paciente/usuário e trabalhadores.....	352

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

– **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

– **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

– **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

– **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

– **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

– **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

— Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

— Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

— Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS; POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

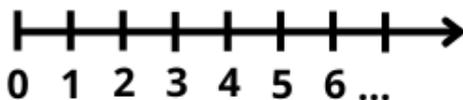
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

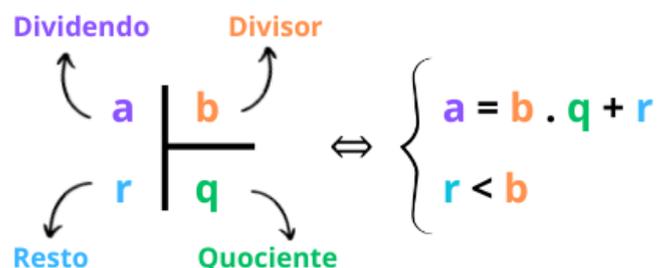
É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. - 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "." para indicar a multiplicação.

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

– Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$

– Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$

– A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$

2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$

3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$

4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$

5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$

6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$

7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$

8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$

9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Solução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS. DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE. DIREITOS SOCIAIS. NACIONALIDADE. CIDADANIA. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS. GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;
- d) correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

– Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

– Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) **Historicidade:** não nasceram de uma só vez, revelando sua índole evolutiva;
- b) **Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- c) **Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- d) **Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- e) **Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- f) **Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária, nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpados na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

Os quatro status de Jellinek

a) *status passivo ou subjectionis*: quando o indivíduo se encontra em posição de subordinação aos poderes públicos, caracterizando-se como detentor de deveres para com o Estado;

b) *status negativo*: caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos;

c) *status positivo ou status civitatis*: posição que coloca o indivíduo em situação de exigir do Estado que atue positivamente em seu favor;

d) *status ativo*: situação em que o indivíduo pode influir na formação da vontade estatal, correspondendo ao exercício dos direitos políticos, manifestados principalmente por meio do voto.

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

REALIDADE BRASILEIRA

DINÂMICA SOCIAL NO BRASIL: ESTRATIFICAÇÃO, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

A realidade social brasileira

A sociedade brasileira é marcada por uma complexa teia de relações sociais que revelam profundas desigualdades, históricas e estruturais. Essas desigualdades não surgiram por acaso, mas são frutos de um processo histórico que começa no período colonial e atravessa os séculos até o Brasil contemporâneo. Para compreender a dinâmica social do país, é essencial analisar três conceitos-chave: estratificação social, desigualdade social e exclusão social. Esses elementos estão interligados e explicam, em grande parte, as formas de organização e funcionamento da sociedade brasileira.

A dinâmica social diz respeito às transformações e permanências nas relações sociais entre diferentes grupos sociais. No Brasil, essa dinâmica se estrutura fortemente a partir de classes sociais, da distribuição desigual de renda, do acesso diferenciado a direitos e oportunidades, e da histórica marginalização de determinados grupos sociais.

Estratificação social no Brasil

Estratificação social é um conceito que se refere à maneira como uma sociedade organiza seus membros em diferentes camadas ou estratos, com base em critérios como renda, poder, prestígio, escolaridade e acesso a bens e serviços. É uma forma de classificar os indivíduos de acordo com sua posição social. No Brasil, essa estratificação é bastante visível e rígida, ainda que existam mecanismos de mobilidade social.

Historicamente, a sociedade brasileira foi estruturada em grandes divisões: no período colonial, havia uma elite agrária e escravocrata de um lado, e de outro, a população escravizada e posteriormente os trabalhadores livres e pobres. Essa herança permanece visível, embora em novas formas. Hoje, podemos identificar diferentes estratos sociais, como a classe alta (com grande poder aquisitivo e acesso a redes de influência), a classe média (dividida em alta, média e baixa), e a classe baixa, que abrange trabalhadores informais, desempregados e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os critérios de estratificação no Brasil incluem fatores como:

- Renda: A concentração de renda é um dos principais fatores que definem a posição social dos indivíduos.
- Escolaridade: O nível de educação influencia diretamente as oportunidades de emprego e mobilidade social.
- Cor e raça: A população negra e parda enfrenta maiores barreiras para ascender socialmente.
- Gênero: Mulheres, especialmente negras, ainda recebem salários menores e ocupam menos posições de destaque.

A mobilidade social no Brasil é limitada. Embora existam histórias de superação, o padrão geral indica que as condições socioeconômicas de origem determinam, em grande parte, o destino social dos indivíduos. Essa dificuldade de mobilidade é reforçada por um sistema educacional desigual, um mercado de trabalho excludente e políticas públicas insuficientes.

Desigualdade social: origem e perpetuação

A desigualdade social no Brasil não é recente. Suas raízes estão no processo de colonização, com a concentração de terras nas mãos de poucos e a exploração do trabalho escravizado. Após a abolição da escravidão, em 1888, os ex-escravizados não tiveram acesso a políticas de inclusão ou reparação, permanecendo à margem da sociedade.

No século XX, o processo de urbanização e industrialização aumentou as disparidades, criando novas formas de exclusão. A migração do campo para as cidades gerou periferias com pouca infraestrutura, enquanto os centros urbanos concentraram riqueza e oportunidades.

Atualmente, o Brasil é um dos países com maior desigualdade de renda do mundo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas da Desigualdade, os 10% mais ricos concentram mais de 40% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com menos de 15%. Essa desigualdade não se expressa apenas em termos econômicos, mas também no acesso à educação de qualidade, saúde, saneamento básico, moradia e segurança.

A perpetuação da desigualdade se dá por meio de diversos mecanismos:

- Educação desigual: As escolas públicas de periferia oferecem estrutura e ensino muito inferiores às instituições privadas frequentadas pelas elites.
- Mercado de trabalho segmentado: A informalidade, a precarização do trabalho e a discriminação limitam as oportunidades de ascensão.
- Falta de políticas redistributivas eficazes: A ausência de um sistema tributário mais progressivo e políticas públicas robustas contribui para a manutenção das desigualdades.

A desigualdade social brasileira é, portanto, estrutural e sistêmica. Ela não depende apenas da vontade individual, mas de mudanças profundas no modelo econômico e político.

Exclusão social: grupos vulneráveis

Exclusão social refere-se à negação de acesso pleno aos direitos e oportunidades sociais. Trata-se de um processo em que determinados grupos são sistematicamente marginalizados, seja pela ausência de políticas públicas adequadas, seja por preconceitos e discriminações historicamente enraizados.

No Brasil, os principais grupos afetados pela exclusão social incluem:

- Povos indígenas: Enfrentam constante violação de direitos, perda de territórios e falta de acesso a saúde e educação específicas.

- População negra e parda: Sofre com o racismo estrutural, maior vulnerabilidade à violência e menor acesso a emprego e renda.

- Mulheres: Além da desigualdade salarial, enfrentam barreiras no mercado de trabalho e altos índices de violência de gênero.

- Pessoas com deficiência: Apesar de avanços legislativos, ainda há exclusão no sistema educacional e no mercado de trabalho.

- População LGBTQIA+: Enfrenta discriminação, violência e dificuldade de acesso a serviços públicos com acolhimento e respeito.

O papel do Estado é central nesse cenário. Muitas vezes, o próprio Estado atua como agente de exclusão, seja por omissão, seja por políticas mal formuladas. A falta de investimentos em saúde, educação e infraestrutura nas periferias urbanas, por exemplo, contribui para reforçar o ciclo da exclusão.

Políticas públicas e desafios para a equidade

Nas últimas décadas, o Brasil implementou uma série de políticas públicas com o objetivo de combater a desigualdade e a exclusão social. Entre os programas mais relevantes, destacam-se:

- Bolsa Família: Programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza.

- Sistema Único de Saúde (SUS): Política pública de saúde universal, que garante atendimento gratuito à população.

- Políticas de cotas raciais e sociais: Implementadas em universidades públicas e concursos públicos para promover equidade de acesso.

- Programa Minha Casa Minha Vida: Iniciativa para facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda.

Apesar dos avanços, essas políticas enfrentam críticas quanto à sua efetividade, abrangência e continuidade. Muitos programas sofrem cortes orçamentários, mudanças de foco ou são mal gerenciados. Além disso, há uma resistência ideológica por parte de setores da sociedade que enxergam as políticas sociais como privilégios, e não como reparações históricas.

Entre os principais desafios para a equidade no Brasil, destacam-se:

- A criação de um sistema tributário mais progressivo, que taxe mais os ricos e alivie os pobres;

- A ampliação do investimento em educação e saúde pública de qualidade;

- A consolidação de políticas de inclusão com metas claras, controle social e continuidade;

- A promoção de uma cultura de respeito à diversidade e combate ao preconceito.

DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS DA INCLUSÃO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES; IDOSOS; LGBTQIA+; PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS; PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DEMAIS MINORIAS SOCIAIS

A exclusão como desafio coletivo

A Constituição Federal de 1988 consagrou o Brasil como um Estado Democrático de Direito, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania e da igualdade. No entanto, na prática cotidiana, inúmeros grupos sociais continuam à margem do acesso pleno aos seus direitos. Crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e outras minorias sociais enfrentam barreiras que comprometem sua inclusão política, econômica e social.

Esses grupos, por razões históricas, culturais e estruturais, vivenciam múltiplas formas de vulnerabilidade: pobreza extrema, discriminação institucional, violência, dificuldade de acesso a políticas públicas e invisibilidade social. Falar sobre inclusão sociopolítica significa, portanto, compreender os mecanismos que produzem e mantêm a exclusão e pensar em soluções coletivas, baseadas na garantia de direitos e no reconhecimento das diferenças.

Crianças e adolescentes: vulnerabilidade e proteção integral

A infância e a adolescência são fases da vida que requerem proteção especial por parte da sociedade e do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, estabelece o princípio da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. No entanto, muitos desafios persistem.

Entre os principais obstáculos à inclusão plena estão:

- Trabalho infantil: segundo dados do IBGE, milhões de crianças ainda são exploradas economicamente, especialmente em áreas rurais e urbanas periféricas.

- Violência: altos índices de violência doméstica, abusos sexuais e homicídios entre adolescentes, principalmente negros e moradores de periferia.

- Acesso à educação: apesar da universalização do ensino fundamental, a qualidade da educação é desigual, com altas taxas de evasão escolar no ensino médio.

- Saúde e nutrição: a desnutrição crônica ainda afeta crianças em situação de pobreza extrema, ao lado da crescente obesidade infantil em outros grupos.

O principal desafio sociopolítico é garantir políticas públicas eficazes, articuladas e permanentes que promovam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, respeitando suas especificidades territoriais, sociais e culturais.

Idosos: envelhecimento populacional e direitos negligenciados

Com o avanço da medicina e a melhoria das condições de vida, a população brasileira está envelhecendo. Segundo projeções do IBGE, até 2030 haverá mais idosos do que crianças no Brasil. Esse processo exige políticas públicas específicas para garantir o envelhecimento com dignidade.

SAÚDE

CONCEITO DE SAÚDE E PROCESSO SAÚDE-DOENÇA; DETERMINANTES E CONDICIONANTES DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

O processo de saúde¹ é discutido e posto como qualidade de vida das pessoas (Carta de Ottawa, 1986), tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. A saúde como processo dinâmico de bem estar físico, mental e social (adaptação do conceito da OMS) estabelece novas perspectivas epidemiológicas sobre a saúde populacional. Uma das mais inovadoras e transcendentais pelo seu caráter integrador e de repercussão internacional nas políticas de saúde pública foi a perspectiva canadense de Lalonde e Laframboise (1974), que definiu um marco compreensivo para a análise da situação de saúde e a gestão sanitária. No modelo de Lalonde, os fatores condicionantes da saúde na população estão localizados em quatro grandes dimensões da realidade, denominadas “campos da saúde”:

- A biologia humana, que compreende a herança genética, o funcionamento dos sistemas internos complexos e os processos de maturação e envelhecimento.

- O ambiente, que compreende os meios físico, psicológico e social.

- Os estilos de vida, que compreendem a participação laboral, em atividades recreativas e os padrões de consumo.

- A organização dos sistemas de saúde, que compreende os aspectos preventivos, curativos e recuperativos.

O Modelo dos Campos da Saúde colocou em evidência, no plano político e acadêmico, a importância de considerar uma visão mais holística ou integral da saúde pública. Os postulados centrais na proposta de Lalonde destacam que:

- A forma como é organizada ou deixam de se organizar os sistemas de saúde é um elemento-chave para a presença ou ausência de doenças na população;

- A prestação de serviços de atenção à saúde, o investimento tecnológico e tratamentos médicos não são suficientes para melhorar as condições de saúde da população;

- Os múltiplos fatores que determinam o estado de saúde e a doença na população transcendem à esfera individual e são projetados ao coletivo social.

A partir das reflexões de Lalonde, foram observados importantes avanços da epidemiologia na busca de causas da doença, além do indivíduo, na comunidade e no sistema sociopolítico.

Na tarefa para integrar as dimensões biológicas, socioeconômicas e políticas ao foco epidemiológico, começa-se a reconhecer então o surgimento de um novo paradigma: a ecoepidemiologia (Susser e Susser, 1996), que dá ênfase à interdependência dos indivíduos ante o contexto biológico, físico, social, econômico e histórico em que vivem e, portanto, estabelece a necessidade de examinar múltiplos níveis de organização, tanto no indivíduo como fora dele, para a exploração de causalidade em epidemiologia.

Sob esse paradigma, os fatores determinantes de saúde e doença da população ocorrem em todos os níveis de organização, desde o microcelular até o macro ambiental, e não unicamente no nível individual. Além disso, os determinantes podem ser diferentes em cada nível e, ao mesmo tempo, os diferentes níveis estão inter-relacionados e influenciam mutuamente a ação dos fatores causais em cada nível. O risco de infecção de um indivíduo, por exemplo, está ligado à prevalência dessa infecção nos grupos humanos que o rodeiam; a prevalência do uso de drogas em um bairro também influencia o risco de o vizinho também vir a fazer uso de drogas. Desse modo, a doença na população, sob o paradigma ecoepidemiológico, é atribuída à complexa interação multinível dos determinantes da saúde.

Os determinantes da saúde conformam, assim, um modelo multinível que reconhece o conceito de que o risco epidemiológico é determinado individualmente, tanto histórica como socialmente. A relação entre os determinantes da saúde e o estado de saúde é, por isso, complexa e envolve muitos níveis da sociedade que, como foi indicado, atinge desde o nível microcelular até o macro ambiental.

1 . . Organização Pan-Americana da Saúde. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010

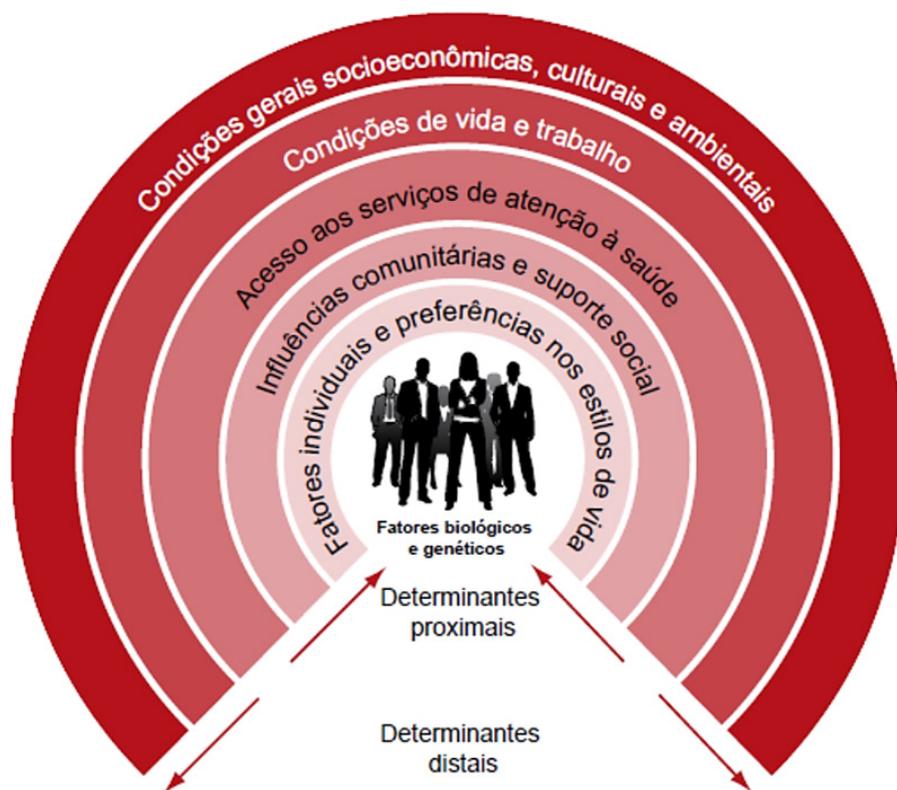


Figura 1: Traduzido e modificado de: Dahlgren & Whitehead, 1991²

Como está ilustrado, existe uma ampla categoria de determinantes da saúde, desde os determinantes proximais ou microdeterminantes, associados a características do nível individual, até os determinantes distais ou macrodeterminantes, associados a variáveis dos níveis de grupo e sociedade, isto é, populações.

— Determinantes Sociais e Políticas Públicas

O setor Saúde não é o gestor das políticas de saneamento básico ou ambiental, mas deve participar da formulação dessas políticas, o que significa colaborar na definição das estratégias de atuação daqueles setores, em cada esfera de governo, especialmente pela identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde da população, pela disponibilização de informações epidemiológicas e ainda pela execução de ações de saneamento típicas do setor Saúde, tais como o controle de vetores, da poluição sonora, da qualidade do ar e da água de consumo humano e dos ambientes físicos de utilização coletiva, das emissões eletromagnéticas, monitoramento do destino dos efluentes líquidos domésticos e do lixo hospitalar, colaboração com a proteção do meio ambiente e do ambiente de trabalho, dentre outros.

A saúde é um direito humano fundamental e a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. (CONASS)

A maior parte da carga mundial de morbidade e as causas principais das iniquidades em saúde, que se encontram em todos os países, surgem das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Estas condições são conhecidas como Determinantes Sociais de Saúde (DSS) e incluem os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde. (CONASS)

— DSS - Conceito e Exemplos

A saúde permeia as áreas de atuação da administração pública dos municípios, estados e nação.

Assim, compreende-se então que **Determinantes Sociais de Saúde** são fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e de comportamento que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. **Exemplos de DSS:** alimentação, saneamento básico, educação, emprego e renda (condições de trabalho), habitação (moradia ade-

2. . Organização Pan-Americana da Saúde. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010